

# Minho fica fora do mapa da televisão digital regional

Luísa Teresa Ribeiro

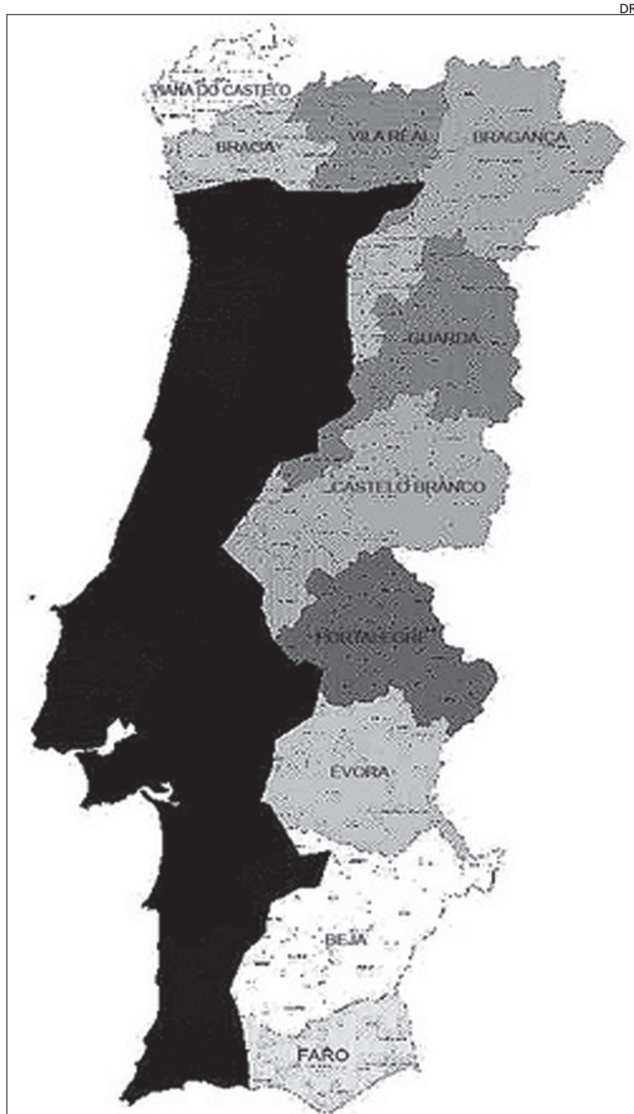
A região Minho fica fora do mapa estabelecido para a televisão digital de âmbito regional, que vai ter acesso pago. O concurso lançado para a atribuição das três coberturas de âmbito parcial do território – Multiplexers D, E e F – estipula que a zona passível de cobertura é «a área litoral até cerca de 80 quilómetros da fronteira».

Esta é apenas uma vertente do concurso lançado pelo Governo para a atribuição de cinco direitos de utilização de frequências reservadas para o serviço de radiodifusão televisiva terrestre.

Se os prazos forem cumpridos, em 2012, o sinal deixará de ser transmitido por ondas analógicas e passará a ser 100 por cento em linguagem binária, a mesma que é utilizada pelos computadores, à semelhança do que acontecerá em todos os países europeus. Isso permitirá aumentar o número de canais disponíveis e melhorar a qualidade da imagem.

É justamente para definir quem são as empresas que vão ficar a operar no novo sistema que o Governo lançou um concurso, que se subdivide em dois. Um relativo ao Multiplexer A e outros relativos aos Multiplexers B, C, D, E e F. O investigador Sérgio Denicoli explica que «o Multiplexer é um mecanismo que permite transmitir os dados num mesmo canal de comunicação, neste caso vários canais de televisão nas mesmas frequências».

No Multiplexer A já está defi-



Zona de cobertura de âmbito parcial relativa aos Multiplexers D, E e F

nido que irão operar as televisões que actualmente emitem em sinal aberto: RTP, RTP2, SIC e TVI. A estes quatro canais vai juntar-se um quinto, que só vai ser lançado para o ano, uma vez que o Governo definiu que ele avança 180 dias depois do concurso que está a decorrer.

O especialista em Televisão Digital Terrestre (TDT) explica que o «concurso para o Multiplexer A é para definir quem vai codificar e transmitir o sinal, porque as concessões já estão dadas». Como se trata

somente de escolher quem será o radiodifusor, ou seja, quem terá o direito de utilização de frequências, este concurso foi lançado pela Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom).

Em relação os restantes multiplexers – B, C, D, E e F –, está definido que dois serão de âmbito nacional e três de âmbito regional. O doutorando em Ciências da Comunicação refere que neste concurso há duas vertentes: quem vai distribuir os sinais (serviços de radiodifusão) e quem vai ser respon-

sável pelos conteúdos (agregação e fornecimento dos programas televisivos).

«Apenas uma empresa vai ganhar este concurso. A empresa que vencer vai gerir estes cinco multiplexers – sendo que dois são de âmbito nacional e três regional –, nas duas vertentes», sublinha o doutorando na Universidade do Minho. Este é um concurso «muito aberto», que está a suscitar o interesse de grupos portugueses e internacionais.

Sérgio Denicoli explica que «uma grande inovação que a TDT traz são os canais regionais» – os Multiplexers D, E e F –, embora por questões técnicas eles tenham uma área de cobertura limitada. «Não se sabe ainda como é que vão ser geridos esses canais. Isso não está definido nem na regulamentação nem no caderno de encargos», refere o especialista.

O número de novos canais dependerá sobretudo da decisão da empresa ou consórcio vencedor. «Se tivermos uma compressão muito grande, podemos ter mais canais, mas com baixa resolução, apesar de estar determinado que deveremos ter uma qualidade de imagem superior ao que temos hoje. Se for tudo de alta definição, que já ocupa mais espaço do espectro, haverá menos canais. O número de canais só está definido no Multiplexer A: serão cinco. Nos outros ainda não está definido», explica o mestre em Ciências da Comunicação. Por outro lado, é preciso também ter em conta o mercado português e saber quantos canais é que ele comporta.

## Concurso para grandes grupos

O concurso para a televisão digital terrestre (TDT) destina-se, pela dimensão e pelos valores envolvidos, a «grandes grupos económicos». «Quem quiser concorrer deve dar uma caução inicial de 750 mil euros. Depois, a empresa vencedora tem de proceder ao reforço da caução para milhões de euros na TV aberta e 2,5 milhões na TV paga. É importante que as empresas tenham capital, porque requer investimento», diz o investigador Sérgio Denicoli. Isto significa que uma empresa não pode concorrer apenas a uma parte do concurso.

O processo do concurso vai demorar uns cinco meses. A empresa que ganhar vai ter três anos para colocar 99 por cento da população coberta com o sinal do Multiplexer A, que é aberto, em todo o território nacional. No caso da televisão por subscrição (B, C, D, E e F) a empresa terá três anos e meio e a exigência é que cubra 75 por cento do território.

No concurso relativo ao Multiplexer A, o critério que mais pesa é a contribuição para a rápida massificação da televisão digital terrestre e desenvolvimento da Sociedade da Informação, mas também há questões importantes como a qualidade do plano técnico, a adopção de soluções tecnologicamente inovadoras e promoção da interoperabilidade e a qualidade do plano económico-financeiro.

Em relação aos Multiplexers B a F, os critérios incluem questões como a adopção de tecnologias, designadamente ao nível de equipamentos de recepção, que possibilitem o acesso das pessoas com necessidades especiais, a oferta de serviços de programas com relevante difusão de obras criativas de produção originária em língua portuguesa e a oferta de serviços de programas que contribuam para a produção de obras europeias.

«No concurso para o Multiplexer A não há exigências ao nível da programação porque as licenças já estão atribuídas. Como critérios principais estão aspectos como o acesso mais rápido da população à TDT, soluções mais inovadoras por exemplo em termos de compressão de dados, questões técnicas e de equipamento, qualidade do plano técnico e qualidade do plano económico-financeiro», sublinha o jornalista brasileiro.

O investigador refere que é imprescindível pensar também na questão da televisão móvel. «É importante que após o apagão analógico, em 2012, seja reservado um espaço no espectro para a televisão móvel. O concurso fala muito pouco sobre isso», afirma.

## Comissão vai avaliar as candidaturas

O presidente da comissão responsável pela avaliação das candidaturas que forem apresentadas aos concursos da televisão digital terrestre é Carlos Eduardo do Rego da Costa Salema, presidente do Instituto das Telecomunicações e professor catedrático na Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa.

Como vogais efectivos estão Alberto João Couraço de Castro, professor de Economia na Universidade Católica do Porto e antigo vice-presidente do conselho geral da EDP, e Pierre Antoine Lavoix, especialista francês que foi director de qualidade da estação francesa TF1, acompanhou a mudança do analógico na rádio e na indústria discográfica e está actualmente a acompanhar a implementação do digital no cinema em França.

## «A televisão sempre envolveu várias esferas»

Sérgio Denicoli lembra que a «questão da televisão sempre envolveu várias esferas», tais como «a económica, em que se incluem também os fabricantes de produtos e equipamentos, a da política e a dos telespectadores». «No caso da TDT não é diferente. Cada grupo interessado na TDT, seja em que esfera for, trabalha de acordo com a sua lógica», afirma o doutorando em Ciências da Comunicação.

Este jornalista brasileiro, que está a colaborar com o Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, explica que, «no caso do poder político, há um ciclo de trabalho periódico que culmina com as eleições. As questões políticas resolvem-se dentro desse período, muitas vezes prevendo a renovação de um mandato. Isso tem influências na TDT também».

Em relação ao mercado, refere que «é mais estável»: «As empre-

sas que estão no mercado têm um período muito maior do que o político, mas também têm um prazo de estabelecimento».

«Quem é o alvo principal da televisão? O que é que os telespectadores esperam? Este factor também é muito importante, uma vez que não pode existir televisão sem espectadores», acrescenta.

Tendo em conta a existência destes actores, «o resultado virá a partir da forma como esses grupos se ajustam e dos lobbies mais ou menos fortes», sendo que «o produto final tem de agregar tudo e fazer com que flua da melhor forma».

«Neste momento, o grupo mais forte é o político porque é o que está à frente do processo. Futuramente pode ser ou não; podem ser as empresas ou os telespectadores. Há sempre uma influência mútua», argumenta.

Pub

Restaurante

Quinta da Capela

Informa que encerra para um pequeno período de férias.

Reabrimos dia 19 (quarta-feira)

Praça Dr. Francisco Malheiro, 75 • 4710-214 • Braga • Tel.: 253 274 063